



PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO
Lei 4.037/2014



TERMO DE FOMENTO Nº 002/2025

Termo de fomento que celebra o **MUNICÍPIO DE GARANHUNS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, através do **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO – CMDI**, na qualidade de gestor do fundo municipal do idoso e a **ASSOCIAÇÃO CLUBE DA VIVÊNCIA- ACCV**, denominada organização da sociedade civil – OSC.

O **MUNICÍPIO DE GARANHUNS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, representado pelo Senhor Prefeito, **Sivaldo Rodrigues Albino**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 4390082, SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] residente e domiciliado nesta cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco, por intermédio do **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO – CMDPI**, com sede à Rua Ernesto Dourado, nº 890, Heliópolis, Garanhuns/PE, inscrito no CNPJ sob o nº 18.009.271/0001-73, doravante denominado simplesmente **CMDPI/Garanhuns**, neste ato representado por seu Presidente, **Joaquim Bernardino Leite**, brasileiro, Casado, Servidor Publico Aposentado, portadora de Cédula de Identidade nº 6.901.394, SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº [REDACTED] e domiciliado na Rua Cicero Mota de Oliveira, 67 centro nesta cidade de Garanhuns, por **Maria Gorete Costa Ferro**, brasileira, casada, servidora pública, residente na Avenida Oliveira Lima, nº 161 Heliópolis nesta Cidade de Garanhuns, portadora da cédula de Identidade nº 2.921.760, SDS/PE, inscrita no CPF sob o nº [REDACTED] de de Ordenadora de Despesas do **FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO DE GARANHUNS**, doravante simplesmente denominado de **FMDI/Garanhuns**, e a **Associação Comunitária Clube da Vivência**, doravante denominado **ORGANIZ** [REDACTED] DA SOCIEDADE CIVIL-OSC, CNPJ: 05.243.980/0001-77 endereço: Rua Sebastião Paes de Melo, nº12 CEP: 55-298-520 COHAB I, Garanhuns Pernambuco, neste ato representado por sua presidente **Marlene Ribeiro de Souza**, CPF: [REDACTED] [REDACTED] SDS/PE, Residente na Rua L, nº 37 Bairro de Heliópolis Garanhuns Pernambuco, CEP:55.298.520 o qual reger-se-á também, no couber, pelas disposições da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações posteriores. Celebram o presente Termo de Fomento mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas, que mutuamente aceitam e se obrigam a cumprir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente instrumento tem como objeto a execução indireta do projeto “**Vida Ativa**”, conforme estabelecido no **edital nº 001/2025 do CMDPI**, o Plano de Trabalho apresentado pela **ASSOCIAÇÃO CLUBE DA VIVÊNCIA- ACCV** e aprovado pela comissão de análise de projetos do CMDPI, todas as partes integrantes deste Termo de Fomento.

Rua Ernesto Dourado, nº 890, Heliópolis, Garanhuns – PE, CEP: 55.296-280 Fone/Fax: (87) 3762-7082.

9913. [Handwritten signatures]





PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO
Lei 4.037/2014



Parágrafo Único - Os critérios e procedimentos para o efetivo cumprimento deste Termo de Fomento deverão estar em inteira consonância com os termos contidos nos Planos de Trabalho apresentado pela entidade executora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

Constituição da República Federativa do Brasil, em especial os artigos 203 e 204; Lei Orgânica da Assistência Social (Lei Federal nº 8.742/93) com suas alterações; Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015, Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema único de Assistência Social-NOB-RH/SUAS/2006 e NOB-SUAS/2012, Resolução do CNAS nº 109/2009 Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Decreto Federal nº 6.308/2007; e pelas demais normativas aplicáveis, que estabelecem normas relativas às transferências de recursos do Município, mediante termo de fomento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REPASSE DOS RECURSOS:

As despesas decorrentes da execução do presente Termo serão atendidas à conta de recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso– FMDI, no valor de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, a ser pago em parcela única.

CLÁUSULA QUARTA– DAS OBRIGAÇÕES DO CMDPI:

- I – Aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários à implantação do “**Vida Ativa**”.
- II – Repassar para a ORGANIZ[REDACTED]/IL – OSC os recursos financeiros destinados à efetivação do objeto deste Termo de Fomento, na forma do cronograma de desembolso aprovado, observando a sua disponibilidade financeira.
- III – Acompanhar, monitorar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e avaliar diretamente a execução deste Termo de Fomento, observando o disposto no Projeto Básico e no Plano de Trabalho apresentado;
- IV – Examinar e aprovar, se forem pertinentes, pronunciando-se oficialmente em tempo hábil, toda e qualquer proposta formal da ORGANIZ[REDACTED] IL – OSC, para excepcionais reformulações ao Plano de Trabalho originalmente aprovado, desde que não implique em mudança do objeto;
- V – Receber da ORGANIZ[REDACTED] IL – OSC a prestação de contas dos recursos repassados, conforme disposto neste instrumento e dentro do prazo nele determinado.
- VI – Analisar as possíveis alterações que surgirem ao longo da execução do projeto para serem operacionalizadas, as quais necessitarão de termo circunstanciado com justificativa da ORGANIZ[REDACTED] IL – OSC, com consequente elaboração de Termo Aditivo ao Termo de Fomento;

CLÁUSULA QUINTA– DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZ[REDACTED] CIVIL – OSC

- I – Executar diretamente ou indiretamente os trabalhos necessários à consecução do objeto do projeto aprovado pelo CMDPI, observando critérios de qualidade técnica, os prazos e os custos conforme previstos no Plano de Trabalho apresentado;

Rua Ernesto Dourado, nº 890, Heliópolis, Garanhuns – PE, CEP: 55.296-280 Fone/Fax: (87) 3762-7082.





PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO
Lei 4.037/2014



CMDPI

- II – Manter e movimentar os recursos recebidos em decorrência da parceria em conta corrente específica, aberta em instituição financeira pública, a qual será isenta de tarifa bancária;
- III – Prestar contas dos recursos alocados pelo Município nos termos e na forma prevista na Lei que rege o presente Termo de Fomento, a saber, Lei Federal nº 13.019/2014, com as alterações dadas pela Lei nº 13.204/2015;
- IV – Apresentar ao CMDPI e ao Setor competente na Secretaria da Fazenda a prestação de contas e relatório de execução físico - financeiro deste Termo de Fomento compatível com a liberação dos recursos;
- V – Aplicar os recursos unicamente na realização do objeto estabelecido neste instrumento e de acordo com o Plano de Trabalho, obedecendo ao cronograma de desembolso constante no referido Plano;
- VI – Apresentar formalmente ao CMDPI, em caráter excepcional, com a necessária antecedência, toda e qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho, com as devidas justificativas, desde que não implique em mudança do objeto deste Termo de Fomento, somente efetivando-as mediante prévia e oficial autorização, devendo as modificações aprovadas passarem a integrar de forma aditiva o presente Termo, independentemente de transcrição;
- VII – Responsabilizar-se pelo repasse, à entidade executora do projeto, de todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes dos recursos humanos utilizados no projeto, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente instrumento, no que concerne às atividades previstas nos itens anteriores;
- VIII – Viabilizar o acesso aos serviços oferecidos e ao conteúdo da proposta de trabalho;
- IX – Apresentar relatório circunstanciado sobre ações programadas, ações executadas, benefícios alcançados, dificuldades encontradas e avaliação final da execução;
- X – Apresentar relatório circunstanciado sobre ações programadas, ações executadas, benefícios alcançados, dificuldades encontradas e avaliação final da execução;

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas da parceria observará as disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no Plano de Trabalho e no presente Termo de Fomento, de acordo com as regras do Edital nº 002/2024 – CMDPI e à luz da Lei Federal nº 13.019/2014, com as alterações dadas pela Lei Federal nº 13.204/2015, devendo conter os seguintes relatórios:

- a) Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- b) Relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho. .

- I – Os Relatórios indicados nesta cláusula deverão ser analisados e homologados pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada pelo CMDPI.
- II – O dever de prestar contas surge no momento da liberação dos recursos financeiros.

Rua Ernesto Dourado, nº 890, Heliópolis, Garanhuns – PE, CEP: 55.296-280 Fone/Fax: (87) 3762-7082.

9/15.  





PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO
Lei 4.037/2014



III – De acordo com o art. 69 da lei 13.204/15 a prestação de contas anual deverá ser entregue, impreterivelmente, até 90(noventa) dias após o término da vigência da parceria.

IV – A Comissão de Monitoramento e Avaliação deverá emitir manifestação conclusiva sobre a prestação de contas anual, observando o Plano de Trabalho aprovado e este Termo de Fomento, devendo dispor sobre a aprovação da prestação de contas, ou a aprovação da prestação de contas com ressalvas ou a rejeição da prestação de contas, em conformidade com o art. 72;

V – O Pleno do CMDPI é o responsável pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, devendo fundamentar-se nos pareceres técnico e financeiro, na manifestação da Comissão de Monitoramento e Avaliação e do gestor da parceria;

VI – Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a ORGANIZ [REDACTED] – OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito neste Termo de Fomento e a área de atuação da OSC, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;

VII – A prestação de contas, no que tange ao Relatório Financeiro, deverá ser acompanhada dos documentos abaixo relacionados, os quais deverão demonstrar que os custos estão de acordo com o Plano de Trabalho e o Plano de Aplicação Financeira:

- a) Extrato bancário;
- b) Comprovantes fiscais (notas fiscais, contratos e respectivos recibos), que contenham, no mínimo, razão social, CNPJ, endereço, discriminação do material adquirido ou da prestação do serviço contratado (neste caso, constando o nome do profissional, CPF e endereço completo), quantidade, valor unitário, e total gasto;
- c) Guia de recolhimento dos encargos trabalhistas incidentes, efetuando a comprovação da quitação mensalmente, desde que tenha sido realizada até o dia anterior ao da entrega dos documentos;
- d) Tributos pertinentes recolhidos.

VIII – Os documentos fiscais referentes aos processos de prestações de contas deverão corresponder, em suas datas de emissão e, ou de quitação, ao período de competência dos repasses recebidos, isto é, deve-se observar a correspondência da data de referência dos recursos recebidos e das despesas efetuadas;

IX – A prestação de contas que deverá ser acompanhada de Relatório Técnico das atividades desenvolvidas, assinado pelo representante legal da ORGANIZ [REDACTED] CIVIL – OSC e do técnico responsável pelo Projeto, constará, no mínimo:

- a) Descrição das atividades desenvolvidas, de acordo com o Plano de Trabalho, ressaltando os facilitadores e dificultadores;
- b) Parcerias obtidas;
- c) Resultados alcançados com comparativo das metas propostas no Plano de Trabalho;
- d) Registro fotográfico e/ou vídeo das ações e dos bens adquiridos;
- e) Lista de presença dos atendidos ou relação dos beneficiários;
- f) Análise quantitativa, qualitativa e resultado dos indicadores, conforme sistema de monitoramento e avaliação.

[Handwritten signatures]





PREFEITURA MUNICIPAL DE GARANHUNS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO
Lei 4.037/2014



Joaquim Bernardino Leite

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - CMDPI
JOAQUIM BERNARDINO LEITE
RG: N° 6.9 [REDACTED]
CPF: [REDACTED]
PRESIDENTE

Maria Gorete Costa Ferro

MUNICÍPIO DE GARANHUNS
CNPJ 11.303.906/0001-00
MARIA GORETE COSTA FERRO
CPF: [REDACTED]
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Marlene Ribeiro de Sousa

ASSOCIAÇÃO CLUBE DA VIVÊNCIA - ACCV
MARLENE RIBEIRO DE SOUZA
RG N° 818 [REDACTED]
CPF: N° [REDACTED]
DIRETORA PRESIDENTE

Testemunhas:

Nome: *Somália Austine Mendes da Silva*
Assinatura: *[Signature]*
CPF: *833.942.004-78*

Nome: *Milena da Silva*
Assinatura: *[Signature]*
CPF: *708.103.824-42*

